

ATA Nº 002/2022

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia nove de março de dois mil e vinte e dois, os membros do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, em atendimento ao item seis do memorando nº. 005/2020 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o qual regulamenta o Decreto Governamental nº. 4942/2020, acerca da prevenção à disseminação da COVID-19, os conselheiros reúnem-se via aplicativo google Meet para a segunda reunião ordinária de trabalho do biênio 2021/2022. O Sr. Presidente dá início a reunião dando boas vindas a todos e todas para a segunda reunião ordinária do ano de 2022 e justifica a ausência de alguns conselheiros/as. O Presidente passa para o **primeiro** ponto de pauta aprovação da ata da Reunião Ordinária de 09 de fevereiro/2022 e Reunião Extraordinária de 16 de fevereiro/2022. O Presidente põe em votação a aprovação da ata da Reunião Ordinária de 09 de fevereiro/2022, perguntando se alguém tem algum questionamento a fazer, não havendo nenhum a ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida põe em votação a aprovação da ata da Reunião Extraordinária de 16 de fevereiro/2022, perguntando se alguém tem algum questionamento a fazer, não havendo nenhum a ata foi aprovada por unanimidade. O Presidente informa que passará para o **segundo** item da pauta, situação da ANVISA e critérios sobre a administração de medicamentos em CTs, faz uma explanação sobre o que está acontecendo, que a ANVISA não adota um critério uniforme em relação a fiscalização da administração dos medicamentos nas Comunidades Terapêuticas, em algumas CTs não é permitido dar os medicamentos e em outras há liberação para administrar, então o procedimento normal dentro daquilo que é estabelecido pela RDC 029 e pelo marco regulatório das CTs e também em relação a saúde não ocorre da mesma forma, e pedi ao Conselheiro Marco Bessa que o corrija caso esteja errado, que sempre tem que ter um responsável pela administração do medicamento e este responsável não precisa estar dentro da CT as vinte e quatro horas, mas pelo menos precisa deixar tudo pronto com anotações nos livros que aí uma pessoa pode dar estes medicamentos para aqueles que precisam, que tem as prescrições médicas. Então em algumas CTs nem isto se adota, pergunta se algum Conselheiro/a quer fazer algum comentário, pois a ideia é de trazermos a responsável da ANVISA para que na próxima reunião esteja conosco para pensarmos em elaborar um documento, regulamento que seja uniforme para todas as regiões, todos os municípios do Estado do Paraná onde tem as CTs, que esta é a sua ideia e abre a palavra. A Conselheira Maria Lúcia pede a palavra e diz que a lei é federal e a vigilância é municipal, então uma pergunta, nós precisamos saber se este procedimento é municipal, estadual ou federal, porque a vigilância nas CTs é municipal, no que o Presidente concorda com a fala, mas diz que pelo menos fazer um guia com critérios, pois o que está acontecendo é que não existe critérios e coloca que tem recebido denúncias que as vezes uma determinada pessoa da ANVISA vistoria de uma maneira e em outro município que tem a mesma CT a vistoria é diferente e diz que recebeu uma denúncia do município de Cascavel. Neste momento a Conselheira Maria Lucia esclarece que se receber denúncia de Maringá é uma Regional de saúde, se receber de Cascavel é outra Regional e quem fiscaliza as CTs são as Regionais, o Presidente esclarece que não é denúncia, mas que Maringá entrou em

 contato e Cascavel inclusive quando foram num evento lá, juntamente com o Dr Renato conversaram sobre esta questão e solucionaram. A Conselheira Maria Lúcia coloca que a SESA tem um departamento que administra as Regionais, desta forma as Regionais precisam ter uma resolução/normativa única, todas as Regionais, inclusive o fiscal da Vigilância não pode cada um ter o seu critério, eles vão interpretar e aplicar os regimentos. Desta forma acredita que o CONESD precisa consultar a SESA para verificar qual é a metodologia que a SESA adota para as CTs do Estado, porque aí eles vão determinar, uniformizar para todas as Regionais para repassar para os municípios. Cada Regional tem de vinte a trinta municípios, então precisar verificar com o Diretor geral da SESA, solicitar informações sobre os critérios da vigilância para a fiscalização. O Presidente com a palavra diz que sobre este assunto já temos conhecimento, o que acontece que existem CTs que prestam bons serviços, mas existem aquelas que não são ambientes saudáveis para tratamento, e muitas vezes a Vigilância não fiscaliza, então temos uma lacuna aí muito grande e isto acontece no Paraná inteiro. Então temos que ter um direcionamento, pois se o médico prescreve o medicamento para a pessoa que está acolhida, que pode ter uma hipertensão, transtorno de ansiedade, como é que fica? E a obrigação é ter uma pessoa responsável para controlar os medicamentos, por isto está colocando este assunto no CONESD e se ninguém se opor pensa em convidar uma pessoa responsável da ANVISA para a próxima reunião para fazer esclarecimentos, mas é claro, a depender da agenda. A Conselheira Maria Lúcia coloca que tem uma comissão de vigilância tanto no Conselho Municipal de Saúde quanto no Conselho Estadual de Saúde onde são recebidas todas as denúncias de várias regiões do Estado e que são tomadas providências de imediato, e a colocação do Presidente de que existem CTs em que Vigilância não chega perto, isto é crime, pois precisam chegar perto sim, no que o Presidente esclarece que muitos locais que se denominam CTs, Centros Terapêuticos, na verdade não são e ficam sem a fiscalização da Vigilância. O Conselheiro Fábio pede a palavra e coloca que as orientações, normativas já existem, tanto a RDC, quanto o marco regulatório, quanto o próprio CRM, que estas orientações relacionadas aos medicamentos/tratamento existem, o que acha que não existe são as fiscalizações e como são muitas entidades e a capacidade de fiscalização nunca é do tamanho que são as demandas, então o nosso problema nem seria de trazer alguém para esclarecer, acha até legal fazer o convite mas a pessoa vai falar quais são as normativas, quais são as exigências, considera que o problema é a prática, a fiscalização que esta falha. Diz que está de acordo com o convite mas não sabe se resolverá o problema da má administração destes medicamentos nestas instituições. O Presidente coloca que não é a má administração dos medicamentos, é que geralmente a ANVISA num determinado momento diz que está tudo certo e num outro determinado momento proíbem que seja administrado determinado medicamento, não é nem administrar, a questão é a proibição, senão diz que vão encerrar o atendimento. Então chega uma pessoa para ser acolhida dentro deste ambiente, não pode fazer o uso do medicamento e isto aconteceu numa CT em que a pessoa precisou ir até o CAPS para fazer o uso do medicamento, que por sinal era uma CT muito boa. Coloca que em Curitiba por exemplo, todas as CTs precisam ter pelo menos o médico, que precisa estar regulado pela prefeitura, precisa de uma licença pela prefeitura para fazer estes procedimentos e quem

~~X~~ sabe não seja este o caminho para ser adotado também nas outras regionais. Então temos que tentar buscar uma solução para que este conflito deixe de existir. Coloca que esta política pública é municipal, mas acredita que podemos pelo menos indicar, dar uma normativa, sugerir que seja realizada de uma determinada maneira para se evitar isto. A Conselheira Maria Lúcia coloca como sugestão que a ANVISA e a SESA seja convidada, pois conforme fala do Presidente em Curitiba os médicos precisam ter o credenciamento, então esta determinação tem fase técnica por isto a importância da SESA estar presente para cada entidade dizer qual é a sua função. O Presidente coloca que como nenhum/a Conselheiro/a se opõe a este encaminhamento, que fará o convite para a ANVISA e para a SESA. O Presidente passa para o **terceiro** ponto da pauta sobre Denúncia enviada para o MP e CONESD sobre Instituição, no que o Presidente pergunta aos/as Conselheiros/as se receberam a denúncia, que é uma denúncia de maus tratos num local que se denomina CT, então foi feita esta denúncia ao Ministério Público e no momento o representante do MP não está presente na reunião, acha que temos que perguntar a ele em que ponto se encontra está denúncia, pois este encaminhamento foi para o MP, foi para a Comissão da OAB e para o CONESD para que todos e todas tomassem ciência e verificar o que pode ser feito. Deixa a palavra em aberto, e o Conselheiro Fábio se manifesta dizendo que não tem conhecimento sobre este assunto, que viu que chegou um e-mail há algum tempo, mas que não conseguiu abrir o arquivo, solicita que o Presidente faça a explicação ou reenvie o e-mail para todos/as. A Conselheira Rita também informa que não conseguiu abrir o arquivo. Neste momento a Conselheira Helena no uso da palavra informa que a Estagiária Gabriela que fez o envio do e-mail para os/as Conselheiros/as, que inclusive ela havia comentado com o Presidente que o arquivo estava conectado com a internet e que seria necessário salvar o documento no word para o envio, no que o Presidente havia dito que iria solicitar para a Gabriela. O Presidente disse que agora que está tendo conhecimento que o arquivo não abriu, a Conselheira Helena diz que salvou depois este documento e que pode disponibilizar no grupo de watts. O Presidente disse que precisamos ser mais incisivo com esta questão e cobrar do MP. O Presidente dá seguimento ao **quarto** ponto da pauta, Projeto de prevenção às drogas para escolas estaduais/criação do Comitê. O Presidente passa a palavra para a Conselheira Simone, para o Conselheiro Weber e a Comissão que está à frente deste projeto. A Conselheira Simone no uso da palavra diz que fizeram a primeira reunião sobre o projeto e que o Conselheiro Weber já verificou a escola em Campo Largo onde será desenvolvido e já conversou com o Diretor, agora falta começar a se reunir com o Diretor e o pedagogo da Escola para dar início a organização, a implantação e desenvolvimento do projeto. A Conselheira pergunta para o Presidente se conseguirão a formação dos professores desta escola para desenvolver o projeto #tamujunto, no que o Presidente pergunta se será o #tamujunto que será aplicado e a Conselheira responde que dentro da Escola sim, com os estudantes. O Presidente pergunta se não será outro programa separado que estavam elaborando que será aplicado e a Conselheira responde que este outro é fora da Escola, será desenvolvido com a Comunidade, que dentro da escola, dentro da sala de aula é o programa que tem certificação, reconhecimento científico. O Presidente pergunta quem ministrou as aulas para a formação dos professores onde tem o #tamujunto hoje, e a Conselheira responde que

X as pessoas capacitadas hoje são algumas da prefeitura de Curitiba. O Presidente perguntou quem realizou esta formação e a Conselheira respondeu que foi o pessoal do governo federal. A Conselheira informa que as pessoas da prefeitura de Curitiba fizeram esta capacitação para participar do projeto pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que disponibilizou recursos para mais de trinta municípios que aderiram aos projetos. O presidente perguntou se estas professoras desta escola não podem participar, no que a Conselheira responde que não, somente quem fez a formação completa. O Presidente pergunta se as pessoas da prefeitura de Curitiba podem ministrar esta formação e a Conselheira diz que sim, mas é a prefeitura de Curitiba. A Conselheira Maria Lúcia pergunta se é a prefeitura ou a Secretaria Municipal de Educação e a Conselheira responde que é a Secretaria Municipal, mas que o projeto será desenvolvido em Campo Largo. A Conselheira Maria Lúcia perguntou se as pessoas de Curitiba que fizeram o curso podem ministrar o curso e a Conselheira diz que sim. A Conselheira Maria Lúcia solicitou a Conselheira para verificar qual o órgão que estas pessoas estão realmente vinculadas para se fazer o contato, porém a Conselheira Simone demonstra preocupação por ser outro município. A Conselheira Simone disse que precisa também definir com quantas turmas o projeto será aplicado, que farão esta definição para os encaminhamentos quanto a formação e recursos para o material que será utilizado. O Conselheiro Weber assume a palavra e diz que a conversa com a Conselheira Simone está bem adiantada em relação a Escola Estadual Casseiro Karman, cujo Diretor José Alexandre Isberto e a sua Vice, já estão dialogando inclusive com as pedagogas, voluntários e a Escola, que já fizeram reunião entre os professores e estão empolgados e aguardando, que chegaram a marcar uma reunião, mas não foi possível acontecer. Que será verificada outras datas para fazer reunião com a escola e os voluntários para a apresentação do projeto, que inclusive já foi disponibilizado o projeto para os/as Conselheiros/as, e que precisam amarrar algumas pontas para dar início ao trabalho o quanto antes, sendo só uma questão de ajustes. O Presidente diz que tentará falar com o “Samuel”, ou diretamente com a SENAPRED para tentar viabilizar a capacitação, no que a Conselheira Simone diz que primeiro tem que conversar com o Samuel, inclusive solicita ao Presidente para fazer esta conversa. Neste momento a Conselheira Helena questiona se não teria que criar o Comitê, pois até o momento quem está fazendo parte é a Conselheira Simone, o Conselheiro Weber e aponta que precisa de ter ao menos umas quatro pessoas envolvidas, neste momento o Presidente acena para a criação do Comitê. A Conselheira Simone diz que o Comitê já está praticamente criado na Comissão de Prevenção, sendo os Conselheiros Weber, Soavinsk. O Conselheiro Weber pede a palavra e diz que na verdade estão devendo uma fala para a Comissão de Prevenção sobre esta reunião que vai ocorrer com os/as professores/as, que acharam por bem neste primeiro momento levantar o maior número de informações, o aceite da Escola de forma oficial e apresentar para a Comissão e aí a partir disto a Comissão que já representa vários segmentos no Conselho já escolhem os membros que desejam participar do Comitê, inclusive fica aberto para outros membros do Conselho que tenham interesse em participar. A Conselheira Helena concorda com a fala do Conselheiro Weber, que a partir da apresentação já verificam os interesses e tiram os membros para compor o Comitê e na próxima reunião já apresenta para o Conselho e também não sabe se terá

 que fazer uma resolução de criação deste Comitê. O Conselheiro Guilherme pede a palavra e diz que está participando das reuniões da Comissão de prevenção e que este projeto pode somar aos outros que já estão em andamento, que na Comissão de prevenção, contam com a participação da Conselheira Simone, Conselheiros Fábio, Weber, Soavinsk e que está tendo uma participação muito boa de todos/as. E acredita que esta articulação com o Núcleo Regional de Educação era o que faltava para colocar o projeto em prática, que a escola já está definida e que precisamos de critérios, de indicadores para avaliar a execução deste projeto por meio de órgãos competentes, para se ter a certeza de que o projeto foi efetivo. E que na próxima reunião da Comissão farão os ajustes finais para dar início ao projeto. Neste momento o Presidente pergunta quem são os membros do Comitê, para constar em ata. O Conselheiro Weber toma a palavra e diz que a princípio não está fechado ainda as pessoas que farão parte, a princípio todos os integrantes da Comissão que desejarem participar e outros membros do CONESD também poderão participar. Aproveita a fala para informar também que foi aventada a possibilidade de ir em outro colégio o Sagrada Família, que possui uma ou duas turmas de formação de docentes, que ele deu uma sondada e parece que há interesse por parte destas pessoas, pois já participaram de um curso de capacitação promovido anteriormente pela Secretaria do município e manifestaram o desejo de participar e caso a Direção do Colégio autorize, esta equipe de professores poderão ministrar a capacitação aos docentes para desenvolver o projeto. O Presidente toma a palavra e diz que devida a presença da Conselheira Maristela e Dr Guilherme neste momento na reunião, irá voltar aos pontos anteriores da pauta mencionando novamente a questão da ANVISA, em relação a sugestão de um critério uniforme para a velha questão da administração de medicamentos em CTs, que o encaminhamento será fazer o convite para a representante da ANVISA para a próxima reunião e também pergunta quem é o responsável da SESA que pode comparecer? E qual Departamento podemos fazer o contato? A Conselheira Maristela assume a palavra e diz que é para o Departamento de Vigilância Sanitária. E o outro ponto que discutimos foi uma denúncia encaminhada ao MP e ao CONESD, coloca que a denúncia foi direcionada para o MP e neste momento faz a leitura da denúncia relacionada a Casa Irmã Dulce, localizada em Curitiba, que este local está sendo usado como Hospital psiquiátrico e que a denúncia foi feita por uma pessoa que passou pela Instituição e não quis se identificar e que neste local ocorre violação dos direitos. Solicita ao Dr Guilherme que verifique esta questão, no que o Conselheiro pergunta se a denúncia foi encaminhada para o MP da Saúde e o Presidente diz que foi para o Núcleo de Atendimento ao Cidadão e as Comunidades, o Dr Guilherme disse que então foi para a Coordenação, mas solicita ao Presidente para reencaminhar o e-mail que irá verificar esta questão, e que no caso é demanda da Promotoria de Saúde. A Conselheira Maria Lúcia pede a palavra e faz uma sugestão ao Presidente para agendar uma visita deste Conselho, juntamente com o Dr Guilherme para fazer uma visita neste equipamento da denúncia, porque o Dr Marcelo que é o Promotor do CAOP Saúde de Curitiba sempre está naquela região e visita este equipamento e que inclusive acabou de conversar com a responsável pelo local que informou que na semana anterior o Ministério do Trabalho esteve no local fiscalizando e não apontou nenhuma irregularidade, por isto coloca esta sugestão que o Presidente designe uma

X comissão para fazer uma visita e verificar o que está acontecendo. O Conselheiro Fábio pede a palavra e sugere que o documento da denúncia seja encaminhado para todas/os e também aproveita a fala da Conselheira Maria Lúcia para lembrar que faz tempo que o Conselho vem discutindo para termos uma padronização pelo CONESD e que ainda não conseguimos estabelecer um procedimento, uma Comissão estabelecida e concorda que temos que tirar uma Comissão para esta visita em particular, mas também temos que ter um procedimento padrão do CONESD para quando surgirem estas situações. Sugere uma Comissão Permanente de Fiscalização e Acompanhamento de Instituições Públicas e não Públicas. A Conselheira Maria Lúcia pediu uma parte na fala do Conselheiro Fabio e sugere que esta Comissão precisa ser permanente, com resolução, e na região onde tem Conselheiro/a Estadual o representante deste Conselho na região participe desta Comissão junto com as Regionais de Saúde. O Conselheiro Marco Bessa pede a palavra, cumprimenta a todos/as e sugere que esta denúncia seja encaminhada para o CRM, que pode também fazer uma fiscalização no local, que já tem protocolos para isto e precisa de uma avaliação especificamente médica. Solicita que o e-mail contendo a denúncia seja institucional, do CONESD para o CRM. O Presidente neste momento sugere a criação da Comissão, conforme proposta da Conselheira Maria Lúcia, representante da ACP, e abre para os interessados, a Conselheira Maria Lúcia se colocou à disposição, o Presidente sugere o nome da Comissão conforme sugestão do Conselheiro Fábio, Comissão Permanente de Fiscalização e Acompanhamento de Instituições Públicas e não Públicas. O Conselheiro Fábio, representante do CRP também demonstrou interesse em participar, a Conselheira Maristela, representante da SESA, o Conselheiro Guilherme, representante do MP. Neste momento a Conselheira Maria Lúcia faz uma sugestão para o Presidente para convidar o CAOP Saúde de Curitiba, pois eles participam de todas as reuniões do Conselho Municipal e Estadual de Saúde e das Comissões de Saúde Mental e Estadual. Desta forma sugere encaminhar o convite ao Dr Marcelo Magi para participar desta Comissão. O Presidente no uso da palavra reforça que então além do grupo que se prontificou para participar da Comissão, convidará o Dr Marcelo também. O Dr Guilherme pede a palavra e esclarece que dentro do MP o Comitê de Enfrentamento as Drogas já tem uma Comissão específica e que estão com uma reunião marcada para o dia seis de abril às quatorze horas e com certeza o CONESD receberá o convite para participar. A Vigilância Sanitária, o Tribunal de Contas da União estão fazendo uma articulação grande em relação a questão da fiscalização, inclusive o CAOP Saúde foi convidado. O Presidente no uso da palavra diz que hoje muitos problemas tem ocorrido em relação a muitas instituições que se denominam CTs, muitas violações de direitos, maus tratos e atribui a falta de fiscalização nestes locais. O Presidente coloca que acha importante a OAB participar desta Comissão também, por meio da Comissão de Políticas sobre Drogas da OAB, que hoje possui mais de quarenta e cinco integrantes. A Conselheira Maria Lúcia coloca como sugestão que a SESA, representada pela Dr<sup>a</sup> Maristela faça parte da Comissão, pois existem alguns critérios da fiscalização que é a saúde, o CRP, com o Conselheiro Fábio e a OAB para ajudar na elaboração da resolução com a função específica desta Comissão, pois existem critérios técnicos que precisam ser observados. Passando para o **quinto** ponto da pauta trata da Conferência Estadual/formação dos grupos de

X trabalho, o Presidente coloca que já foi feito um esboço sobre o material da Conferência, e neste momento a Conselheira Helena pede a palavra e aponta que na ata da reunião extraordinária consta sobre as subcomissões de apoio administrativo, técnico, cerimonial, comunicação e outras que se fizerem necessárias e que nesta reunião deverá tirar os nomes dos membros que farão parte. Informou ainda que encaminhou a minuta do Regimento da Conferência para todos e todas para tomarem ciência. O Presidente disse que já foi feita a arte dos materiais que serão utilizados na Conferência, que vamos tirar as Comissões e pergunta para a Conselheira Aline Calefi se já tem uma posição da FIEP quanto a liberação do espaço para a realização da Conferência. A Conselheira Aline disse que ainda não entrou na pauta da Comissão no mês de fevereiro, mas que está monitorando para entrar na pauta de março. O Presidente deixa em aberto para os/as Conselheiros/as se manifestarem quanto a participação nas subcomissões de Apoio, ficando com a seguinte composição. Apoio Administrativo: Simone Carinha Baroni, Maria Lúcia Gomes, Ricardo Costa, Rita de Cássia Naumann. Apoio Técnico: Fábio José Lopes Orsine, Maristela da Costa Souza, Guilherme de Barros Perini, Marco Antônio Socorro Marques Ribeiro Bessa, Apoio Cerimonial: Maria Lúcia Gomes. Apoio Comunicação: Edison Luiz Machado de Camargo, José Augusto Soavinsk. A Conselheira Maria Lúcia fala da questão da relatoria, do produto final da Conferência que ficará sobre a responsabilidade da subcomissão de apoio técnico, inclusive sugeriu o nome do Conselheiro Fábio para ficar responsável pela relatoria. O Presidente fala que no regimento consta como subcomissão técnica, e temos que seguir o regimento que já foi aprovado. O Conselheiro Fábio pede a palavra e diz que quando pensou em Comissão técnica estava se referindo a uma participação técnica no sentido conceitual mesmo, da coisa da política, citando como exemplo as conferências regionais, municipais de saúde mental que ocorreu recentemente onde ele participou na figura de facilitador, assim como foi a Conferência do COMAD em Maringá, onde o Presidente, o Dr Renato e ele ficaram como facilitadores no sentido de estimular o debate, acredita que este seja o papel da Subcomissão Técnica. Agora quanto a relatoria, entende que é o apoio administrativo que irá transcrever as propostas surgidas no debate, que irá produzir o texto, por isto entende que é mais apoio administrativo. O Presidente diz que estas solicitações das Subcomissões quem fez foi o Dr Renato e que não está presente no momento para esclarecer, e que no seu ponto de vista, dentro da linha de pensamento do Conselheiro Fábio, esta Subcomissão técnica irá trabalhar mais nos temas dos cinco eixos, trazendo textos para estimular o debate e que o apoio administrativo vai ser muito usado durante a Conferência, que aí entrará a questão da relatoria. O Conselheiro Guilherme sugere que fiquem bem claro o papel de cada Subcomissão. O Presidente disse que é importante pelo menos três membros em cada Subcomissão e cita que a Subcomissão de Comunicação desenvolverá as atividades junto com o NEPSD e o Cerimonial é a parte de preparação para receber os convidados, verificar parte de hotel e outros. A Conselheira Helena pede a palavra e diz que quer complementar a fala do Conselheiro Fábio em relação a questão da relatoria, que ele entende que deva fazer parte do apoio administrativo, para a transcrição das propostas. A Conselheira coloca que esta subcomissão também irá receber os/as participantes, controlar lista de presença, dar recados durante o evento, passar nas salas no início dos trabalhos para verificar se está

X tudo certo, controlar o tempo, verificar alguns problemas que podem surgir no decorrer do evento, que de um modo geral dará todo o suporte para a Conferência. Quanto ao apoio do Cerimonial considera mais tranquilo, mas será a pessoa que ficará responsável por conferir a lista de autoridades, confirmar a presença, fazer a abertura do evento, convidar as pessoas para compor a mesa de abertura, convidar para as falas, fazer a leitura do regimento e acompanhará a Conferência até o término. Já a Comunicação fará suas atividades antes da Conferência, seja na divulgação, envio de convites, acompanhamentos das inscrições, e mesmo que estas atividades ficarão a cargo da SESP/NEPSD, precisa de membros Conselheiros também para contribuir. O Presidente coloca que a Comissão Organizadora ficará envolvida com todas as Subcomissões e que todo o pessoal do NEPSD estarão envolvidos e acredita que alguns servidores/as da SESP também participarão. O Conselheiro Guilherme pede a palavra e diz que poderá contribuir no dia do evento na Subcomissão de Apoio Cerimonial. O Presidente passa para o **sexto** ponto da pauta, relatórios das comissões permanentes. O Conselheiro Weber no uso da palavra faz a leitura do relatório da reunião ordinária da Comissão de prevenção do mês de fevereiro, que reuniram de forma virtual no dia vinte e três, tendo a participação de Luiz Carlos Hauer, Carlos Augusto Weber, Simone Carinha Baroni, Guilherme Perini, Fábio José Lopes Orsine, José Augusto Soavinski, Letícia Soraia e Noeli, tendo como pauta única a apresentação pela Conselheira Simone de um plano para elaboração do projeto piloto de “prevenção às drogas lícitas e ilícitas em escolas da rede pública”, o qual foi apresentado e disponibilizado no grupo de watts da Comissão. Foi incumbido pelo Presidente ao Conselheiro Weber a indicação de uma escola no município de Campo Largo para recepcionar o projeto que será desenvolvido pelo CONESD por intermédio da respectiva Comissão. Em seguida foi lembrado pelo Conselheiro Guilherme da solicitação pela Presidência do CONESD da listagem dos projetos com relevância e atualmente em aplicação no Estado do Paraná, sendo os seguintes: PROERD, Elo-Famílias Fortes, Tamujunto, SEMEAR, Rodas de Conversa, Lions Club, Amor Exigente, Narcóticos Anônimos, Alanon, Igrejas Católicas, além de palestras do Conselheiro Soavinsk. Ficou definido que na próxima reunião de março, que o Conselheiro Soavinsk fará o uso da palavra para falar sobre prevenção, sendo o tema de sua livre escolha. Na sequência o Presidente passa a palavra para a Comissão de Tratamento, no que a Conselheira Maristela no uso da palavra informa que no ano passado esteve um período afastada para tratamento de saúde e quando retornou em janeiro trabalhou bastante no seu setor, pois tem várias atividades acontecendo de forma simultânea e uma delas são as Conferências Regionais de Saúde Mental e outra é um curso de capacitação que estão organizando e aí depois entrou em férias, mas passou no grupo de watts a solicitação para que se reunissem, porém não obteve resposta. Enfim, coloca que a Comissão não pode ficar dependendo somente de quem está na representação, na organização como ela, que precisa ter uma liberdade dos/as Conselheiros/as para se reunirem quando ela não estiver presente. Então o que está pensando é que novamente irá chamar o pessoal pelo grupo de watts para compor nova data para a reunião se todos/as concordarem. O Presidente com a palavra fala que precisa reunir novamente o pessoal, inclusive a Comissão de tratamento tinha o relato da questão do uso do Cannabidiol, do projeto de lei e que não foi finalizado e passado pela

X plenária e nós precisamos desta Comissão para dar o apoio ao Conselho. Então conta com a Conselheira para fazer a reunião e ver a melhor forma para “tocar” esta Comissão com a participação de todos/as e o Conselho como um todo está pronto para auxiliar. O Conselheiro Guilherme pede a palavra e relata sobre a questão do Cannabidiol, citando o parecer da SESA, que acabou ficando dois pontos diferentes, que na verdade era uma contestação ao projeto, que tinham percebido divergências entre o parecer da SESA e do projeto. O Presidente menciona que na verdade hoje este parecer quanto ao projeto não tem mais sentido, e que de repente a Comissão pode se reunir para discutir o Cannabidiol, administração, mas em relação ao projeto que era o proposto não há mais o porquê de ter este parecer, visto que este projeto já passou pela saúde e já passou pela própria Assembleia. Então, não que o tema do Cannabidiol esteja descartado, sua administração, mas a única coisa que pede é que pode ser necessária o parecer desta Comissão para alguma coisa mais urgente, e que daí a Comissão terá que se reunir em caráter urgente e caso um ou outro não possa participar em função das tarefas sem problemas, mas a Comissão não pode parar. O Presidente aproveita para perguntar para a Conselheira sobre o Plano de Políticas sobre Drogas, se já saiu da SESA, no que a Conselheira responde que na verdade o Plano saiu do setor que ela atua, mas como envolve vários setores da SESA, foi encaminhado para outros setores e que quando retornou das férias foi verificar o protocolo e que a maior parte das considerações já havia sido colocada num despacho bem objetivo e que este protocolo pode ser acessado no Eprotocolo para acompanhamento. Deixa uma dica para quando for encaminhados outros protocolos para outros órgãos do Estado, que precisa sempre ter um prazo para devolução, pois quando não se coloca prazo as pessoas sempre deixam para depois e este protocolo específico não tem prazo, que isto foi uma falha e que pode ser acessado, fazendo um despacho e colocando prazo para resposta, que aí obrigará os setores a fazerem dentro dos prazos. A Conselheira Maria Lúcia pede a palavra, mas diz que a Conselheira Maristela já respondeu a sua pergunta e que como Conselheira Estadual da Saúde iria falar com a Chefia de Gabinete do Secretário para que agilize este processo, mesmo assim solicita o número do protocolo para pedir para o Chefe de Gabinete verificar esta questão. O Presidente diz que agora não dá para esperar mais em função da Conferência, a Conselheira Maristela informa que assim que terminar a reunião irá verificar onde este protocolo está parado e pedir para finalizar. O Presidente passa para a Comissão de Redução da Oferta e a Conselheira Maria Lúcia informa que não teve reunião e inclusive pergunta sobre a nova integrante da DENARC, se está presente e aponta que a DENARC é governamental e tem que se fazer presente, que inclusive irá falar com o Secretário, pois tem que se fazer presente, que não sabemos quem é a nova integrante do CONESD. E que quando o/a Conselheiro/a governamental é designado, tem a obrigação de participar e cumprir o horário. O Presidente disse que está acompanhando a questão das faltas sem justificativas e que cumprirá o regimento do CONESD. O Conselheiro Fábio pede a palavra e fala que é coordenador da Comissão de Redução de Danos e por lacuna principalmente dele, não conseguiu se organizar, pedindo desculpas, que está tentando tirar data e não fecha e estamos em débito. Continuando, coloca que pega o ensejo e diz que além da participação da DENARC do Estado do Paraná, que a UFPR também precisa encaminhar outro nome para substituir a professora Danielle

 e pede para que a gente pelo menos em algum momento da pauta, pode ser na próxima reunião que discutamos as alterações da composição do CONESD já aprovadas pela plenária. Entende que tem um trâmite, que precisa da aprovação do Secretário, mas as Instituições precisam indicar os representantes, mas pensa nas atualizações que já aprovamos no pleno, a chegada da Defensoria, os Conselhos da Comunidade, da SETI e SEJUF, então solicita por gentileza, senão agora ou na próxima reunião que a gente faça as alterações que aprovamos. O Presidente informa que a UFPR já escolheu os representantes, mas ainda não chegou o ofício no CONESD. O Conselheiro Fábio pede a palavra novamente e pergunta caso o Secretário não aprove os nomes, a alteração na composição o que pode ser feito, acredita que isto não vai acontecer e são apenas quatro cadeira, mas gostaria de se antecipar, o que o pleno pode fazer caso isto aconteça, acredita que a decisão do pleno precisa ser respeitada. O Presidente diz que o CONESD está tendo todo o apoio da SESP e acredita que a união da SESP/NEPSD e CONESD está muito boa e que isto não irá acontecer, mas que temos que aguardar. A Conselheira Maria Lúcia pede a palavra e coloca que tem vagas no CONESD que foi o Secretário quem convidou, que ele tem prerrogativa, que considera errado, dizendo que participa de outros Conselhos onde as entidades são eleitas em conferência, e que é muito prático o governamental fazer a indicação, quando o que precisa é ir para as Conferências e conquistar a vaga, então é totalmente contra, mas nós temos que analisar o que diz a lei, e a lei dá esta prerrogativa ao Secretário, que a lei incluiu no Conselho o Ministério Público, Tribunal de Justiça, que isto está erradíssimo, que ela não se cansa de dizer isto. Então estas vagas que é prerrogativa do Secretário em fazer as indicações continuou, e como está na lei temos que segui-la, como também o regimento. Por isto precisamos verificar o que está na lei, caso o Secretário não concorde com a deliberação do Conselho em relação a composição destas vagas. O Presidente aponta ainda que se o Secretário aceitar esta nova composição, que ainda terá outro entrave que é a alteração do Decreto. O Conselheiro Guilherme pede a palavra e relembra que na gestão do Dr Renato, teve uma Comissão de legislação que fizeram um projeto de lei para ser encaminhado e reforça que o Conselho seja criado por lei, que temos apenas o Decreto e que precisamos de um Conselho criado por lei, caso contrário pode acontecer no próximo governo que o Conselho deixe de existir, no que a Conselheira Maria Lúcia pede uma parte e esclarece que para criar um Conselho por lei envolve a parte política, não sendo papel do CONESD, que quem tem que encaminhar é o líder do governo, que a Casa Civil e o governador que assinam e a Assembleia aprovando o governo manda cumprir. Dr Guilherme coloca que a lei é aprovada pela Assembleia Legislativa e que pode haver esta articulação do Conselho com a Assembleia para este encaminhamento, que a lei precisaria contemplar que existe um Conselho, que existe uma conferência e que existe um fundo, conforme acontece nos outros Conselhos. E acredita que o CONESD tem força para isto, pois está fazendo a diferença, está fazendo um plano, mas claro que não é o CONESD que irá fazer, mas sim articular junto a algum deputado para que encaminhe este projeto de lei. O Presidente volta à pauta, solicitando manifestação da Comissão de pesquisa, e neste momento a Conselheira Aline informa que estavam com reunião agendada para a semana anterior e que não ocorreu por falta de quórum, que não conseguiram se reunir. O **sétimo** ponto trata dos informes NEPSD, e o Presidente

 pergunta ao Conselheiro Soavinsk se tem algum informe, e o mesmo diz que não. O **oitavo** ponto da pauta trata da Reunião híbrida ou presencial a partir de abril, e o Presidente coloca que a próxima reunião ordinária do mês de abril será presencial, ou quem sabe híbrida, mas que o ideal é ser presencial. Pergunta se todos estão de acordo com a reunião presencial e a Conselheira Maria Lúcia diz que sim, que todos os Conselhos já voltaram presencial. O Presidente diz que irá verificar o local que será realizada, que também o Dr Renato retornará das férias e poderá dar uma ideia e pergunta ainda para o Conselheiro Edson se pode deixar reservado o auditório da SEJUF para a reunião, que será no dia treze de abril às oito horas e trinta minutos. A Conselheira Helena no uso da palavra informa que as reuniões sempre ocorreram às oito horas e trinta minutos, que precisa verificar o local, com o endereço para quando enviar o e-mail de convocação esteja tudo certo e ainda aponta que precisa verificar a questão sanitária de Curitiba, que precisa ir acompanhando e conforme a situação vai se adequando. A Conselheira Maria Lúcia neste momento informa que em Curitiba a próxima reunião do Conselho de Saúde será presencial, que foi aprovada a Conferência Municipal, Regional e também o Conselho Estadual de Saúde já aprovou reunião presencial. A Conselheira fala que o espaço da SEJUF é amplo, tendo possibilidade de distanciamento e está dentro das normas sanitárias, como também o espaço da SESP comporta a reunião presencial. A Conselheira Helena pergunta ao Presidente se colocará este assunto em votação pois o Major Costa registrou no chat que acha melhor a reunião ser por vídeo conferência. O Presidente diz que nós vamos ter que nos reunir de forma presencial e que teremos apenas duas reuniões presenciais antes da Conferência, mas por outro lado podemos fazer a reunião de forma híbrida, caso uma ou outra pessoa não possa comparecer e acredita que na SEJUF tenha a aparelhagem necessária para esta modalidade e que fazemos a reunião de abril de forma híbrida, mas que em maio será totalmente presencial. O Conselheiro Fábio pede a palavra e explana que as reuniões precisam ser presenciais, que os conselhos foram formatados para serem presenciais, e mesmo sendo de Maringá poderia ter uma predileção, mas não, pois o online é uma exceção neste momento e assim que o momento permitir é o presencial e somente deixará de ser quando não permitir. Desta forma se no próximo mês as condições sanitárias da prefeitura e os órgãos de saúde permitirem, tem que acontecer. E em relação ao formato híbrido precisa ser pensado as exceções e facilitações de convidados externos, de convidados, acha legal ter uma ferramenta híbrida para que estes que não sejam do Conselho possam participar, mas que os/as Conselheiros/as tem que participar presencial. O Presidente neste momento põe em votação a modalidade presencial e online, pois conforme a fala do Conselheiro Fábio a modalidade híbrida somente no caso de exceção. Em votação o formato presencial teve os votos dos/as Conselheiros/as Fábio, Maria Lúcia, Aline Calefi, Simone e Rita. A modalidade online teve os votos dos/as Conselheiros/as Marco Bessa, Major Costa, Soavinsk, Weber, Guilherme, Edson, Helena e Maristela. O Presidente informa que a modalidade online prevaleceu, mas que no mês de maio a reunião será presencial, que este assunto nem entrará mais em pauta e que todos/as os/as Conselheiros/as devem se programar para isto. A Conselheira Maria Lúcia pede a palavra e solicita que deixe registrado em ata a sua indignação em relação aos/as Conselheiros/as governamentais que votaram na modalidade de reunião online, que foi por

~~X~~ comodismo. O **nono** ponto trata dos informes gerais, que não houve nenhum. O **décimo** item da pauta está destinado a palavra dos conselheiros, não tendo nenhuma manifestação e não havendo mais nada a tratar o Presidente agradece a participação de todos e todas e a reunião dá se por encerrada às 10h55min, do que eu, Helena Maria Ramos dos Santos, Secretária Executiva lavrei a presente ata que vai devidamente assinada por mim e pelo Presidente deste Conselho.

<b>LISTA DE PRESENÇA</b>	
<b>PRESENTES</b>	<b>ÓRGÃO REPRESENTANTE</b>
Aline Calefi Lima	FIEP
Carlos Augusto Weber	OAB PR
Edison Luiz Machado de Camargo	SEJUF
Fábio José Lopes Orsine	CRP PR
Gabriele Luize Pereira	CRF
Guilherme de Barros Perini	MPPR
Helena Maria Ramos dos Santos	CRESS PR
José Augusto Soavinski	SESP
Luiz Carlos Hauer	OAB PR
Marco Antônio Socorro Marques Ribeiro Bessa	CRM
Marcelo Mikosz	ACP PR
Maria Lúcia Gomes	ACP/PR
Maristela da Costa Souza	SESA PR
Renato Bastos Figueiroa	SESP – <b>Férias</b>
Rita de Cássia Naumann	DEPEN PR
Ricardo da Costa	PMPR
Simone Carinha Baroni	SEED
<b>CONVIDADOS E OUVINTES</b>	



**Luiz Carlos Hauer**  
**Presidente – CONESD**

**Helena Maria Ramos dos Santos**  
**Secretária – Executiva**